



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 6/2015

Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcouthim

Realizada em 25 de março de 2015

----- Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e quinze, nesta Vila de Alcouthim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente Presidente e Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: ---

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - O Senhor Presidente pôs à discussão a ata n.º 05/2015, da reunião pública ordinária realizada no dia 11 de março de 2015, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes na mesma reunião. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria com dois votos contra, dos srs. vereadores José Pereira e Dr.ª. Dalila Barros aprovar a referida Ata. Apresentaram a seguinte declaração de voto: “ 1.º Considerando que a Ata da reunião de câmara de 11/03/2015 omite a referência, necessariamente resumida e não estão explanados factos importantes nas

intervenções dos vereadores José Carlos Pereira e Dalila Barros; 2.º Considerando que as intervenções em causa são de extrema importância para o esclarecimento dos factos ocorridos; Considerando que tem sido recorrente as Atas omitirem factos apresentados pelos vereadores do PSD e beneficiam sempre o explanado pelo executivo permanente, utilizando termos que não são apresentados nas reuniões, o que consideramos uma falha bastante grave, votamos contra". -----

----- O vereador José Pereira interveio para acrescentar que após o recebimento da 2.ª versão da Ata, "constataram" que apenas existiu a inclusão do nome da vereadora na mesma, e nesse sentido "votam" contra, devido a haver factos omitidos, nomeadamente na página três dever-se-ia ler " A vereadora Drª. Dalila Barros interveio para questionar se você sr. presidente quando pede os documentos é costume pagar horas extraordinárias...", página cinco/3.º parágrafo, na intervenção do vereador José Pereira dever-se-ia ler " Quanto à prova do 25.º Troféu Alpendre adiantou que como sabem eu sou favorável às provas desportivas, no entanto, não corrobora com a data escolhida e/ou duplicação de provas...", página sete/1.º parágrafo, dever-se-ia ler que o prazo de resposta por parte do presidente, aos pedidos dos vereadores opositores, são dez dias, página sete/3.º parágrafo dever-se-ia acrescentar à intervenção do vereador José Pereira que solicitou cópia do documento, "já em reuniões anteriores", na página dezasseis, na intervenção do senhor presidente encontra-se refletido uma frase que não foi dita, nomeadamente "que só não entendem porque não fazem um esforço para isso". Findou referindo que factos omitidos e frases não ditas tem ocorrido ao "longo das Atas que tem sido elaboradas", e nesse sentido considera uma falha grave, sendo que tomará posteriormente, as devidas providências. -----

----- O presidente usou da palavra para sugerir que as sugestões expostas deviam ser apresentadas antes, da aprovação da Ata, "como se fazia no passado", uma vez que as posturas tomadas, não dignificam muito "o que estamos cá a fazer", sendo que após averiguação conclui-se que as situações anómalas apresentadas, afinal constam no conteúdo da Ata, de diferente forma.

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que respeita a opinião proferida, no entanto, após algumas exigências do presidente, em

reuniões anteriores e a não concordância de introdução de alguns termos em falta/omissos, levaram a que os vereadores da oposição, tomassem posições distintas, na aprovação da Ata, e como tal considera que deve imperar respeito pela opinião demonstrada, tendo solicitado de seguida a auscultação da gravação, para “verificarmos quem é que tem razão”. -----

----- O vereador José Galrito interveio para referir que é da opinião que não é necessário auscultar a gravação, dado que isso nada altera a votação, dos vereadores opositores, e nesse sentido “teríamos” que ouvir igualmente, gravações anteriores. -----

----- **FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º56) respeitante ao dia 24 de março, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.723.734,23; -----

----- Operações Orçamentais - € 1.345.394,46; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 370.927,62. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente interveio para solicitar a inclusão do seguinte ponto **“FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA, EM REGIME DE MERCADO LIVRE PARA O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO CELEBRADO PELA CENTRAL DE COMPRAS DA AMAL – LOTE 5 – LOTE COMPILADO**, na ordem de trabalhos.

----- O vereador José Pereira usou da palavra para adiantar que na última reunião falou-se da inclusão de pontos, “em cima da hora”, em que existiu uma tomada de posição por parte da oposição, tendo sido o assunto aprovado e incluído por 2/3 dos presentes. Continuou mencionando que reconhece que o processo a incluir hoje, na ordem de trabalhos, é de extrema importância, no entanto é demasiado complexo, devido ao número de documentos a analisar, e como tal não foi possível existir uma pronúncia, pelo que é da opinião que o mesmo deve ser discutido, na próxima reunião de Câmara. -----

----- O presidente interveio para referir que corroborava com o proferido, “se fosse a 1.ª vez que o documento fosse apresentado”, todavia, o mesmo já foi presente a reunião de Câmara e Assembleia Municipal, tendo o vereador

José Pereira citado que o processo em causa é a adjudicação. -----

----- O vereador José Galrito interveio para sugerir a presença do Chefe de Divisão, Eng.º Henrique Hou, para efetuar os esclarecimentos necessários, sobre o processo em questão. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que independentemente da presença do técnico, “ao qual tem confiança”, está em causa o procedimento, e que o presidente esquece-se depressa “o que diz” nas reuniões e as imposições tomadas para com oposição, e como tal acha que deve imperar mutuamente o respeito, e cumprimento do Regimento da Câmara Municipal. -----

----- O presidente informou que o assunto seria retirado. -----

----- A vereadora Dr^a Dalila Barros interveio para solicitar explicação sobre o mapa de aquisições de bens e serviços, superiores a € 5.000,00, nomeadamente sobre a Ticket Line- Linha de reservas para espetáculos, Lda.--

----- O Vereador Paulo Paulino interveio para esclarecer que o assunto prende-se com o sistema de emissão de bilhetes, no que concerne aos núcleos museológicos e barcos (cais encostáveis), com a finalidade de terminar com os talões da atualidade, sendo a referida empresa responsável pela venda do software, tendo o vereador José Pereira solicitando de seguida cópia do documento da adjudicação. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio novamente para proferir o seguinte discurso, que se passa a transcrever: “ *venho deste modo lamentar e manifestar o meu desagrado pela intervenção de uma pessoa do público, na reunião de 11 de março, enquanto o vereador José Carlos Pereira se pronunciava e intervinha sobre as questões da referida reunião. Cada um tem a sua opinião, o seu pensamento, o seu modo de ser, mas o respeito pelo outro, começa com o devido respeito por si mesmo. E sr. presidente, após o encerramento, da ordem do dia, é reservado um período de sessenta minutos, para intervenção aberta do público, durante o qual lhe são prestados os esclarecimentos solicitados. E como lhe cabe a si dirigir os trabalhos e assegurar o cumprimento das leis, espero que situações destas não voltem a ocorrer. Não tolero a atitude antidemocrática de pessoas que ocupam determinados cargos políticos, quando é seu legado respeitarem e tratarem*

todos os munícipes por igual – Alcoutim para todos". Solicitou ainda que fossem facultadas cópias dos recibos dos vencimentos do Comandante Operacional Municipal (COM) – João Simões e Adjunta – Alexandra Cavaco, “antes e depois” dos cargos que ocupam atualmente, bem como informação sobre o ponto de situação do concurso público da Estalagem, designadamente sobre o número de propostas apresentadas. -----

----- O presidente interveio para solicitar a colaboração do vereador Paulo Paulino, a fim de prestar esclarecimentos adicionais. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para esclarecer que o concurso da Estalagem ficou deserto, tendo a Comissão reunido e elaborado uma Ata, que por razões profissionais de um dos membros, não ficou atempadamente terminada, no entanto, será enviada posteriormente para conhecimento, tendo o Chefe de Divisão, Dr. João Dias acrescentado que é obrigatório existir esse conhecimento à Câmara Municipal, dado que a mesma foi responsável pela abertura do Concurso, e que terminado o processo, a Comissão dará essa informação, deixando igualmente uma “mera” sugestão. --

----- O vereador José Pereira interveio para referir que terminado o prazo a 06 de março do processo da Estalagem, “viram-se” na obrigação de questionar qual o ponto de situação do mesmo. Continuou de seguida no seguimento da entrevista dada pelo presidente ao *Jornal do Algarve*, onde o mesmo menciona “queremos operacionalizar uma política de desenvolvimento do concelho”, questionando o mesmo, como pensa fazê-lo? Qual a estratégia política de desenvolvimento que pretende implementar?, bem como questionar no que se refere à Estalagem, se a rescisão com a concessionária é da responsabilidade do atual presidente, porque razão não houve renegociação de contrato, por forma a garantir o alojamento e postos de trabalho, enquanto se realizava o concurso, uma vez que prejudicou em muito o turismo, em Alcoutim. Findou reforçando que a venda da Estalagem já vinha do anterior executivo, e os “senhores seguiram-na”, e que ocorreram igualmente impedimentos, uma vez que existiram vários investidores, mas nunca houve concretizações, e nesse sentido questiona como pretende o senhor presidente resolver o problema do alojamento, a curto prazo, dado que é um problema que persiste. -----

----- O presidente usou da palavra para mencionar que os responsáveis da concessão sempre o informaram que não tinham condições para manter o estabelecimento aberto, tendo o vereador Paulo Paulino acompanhado o processo desde o início, com várias reuniões com o sr. Luís Barreto, onde houve abertura para promover as devidas diligências, no sentido de colmatar os problemas da Estalagem. Ainda deu nota que o término do contrato era em outubro, e como eles não conseguiam cumprir com as suas obrigações, “consequimos” que voluntariamente solicitassem a rescisão do contrato, deixando assim o espaço aberto para o processo de venda do imóvel. Findou referindo que o processo da Estalagem não é uma matéria que se resolva de “um dia para o outro”, pois decorre de vários procedimentos, bem como que o mesmo, apesar dos esforços desenvolvidos ficou deserto, todavia, espera colmatar a situação, “se não for por alienação, seja pelo arrendamento”. -----

----- O vereador José Galrito interveio para referir que em anteriores mandatos, enquanto vereador opositor, não concordou com a renegociação existente por mais dois anos, com a empresa, dado que tiveram conhecimento “pouco antes” da reunião e à qual votaram contra, e daí questiona o porquê de o executivo na altura, não executar a questão da dívida da água e renda na totalidade, se era “uma estrutura tão importante”. Continuou de seguida fazendo uma pequena síntese dos últimos anos de funcionamento do imóvel, nomeadamente sobre o encerramento na época baixa, bem como referir notícias publicadas nos jornais, pelo anterior presidente de Câmara, nomeadamente: “*Projeto de Finca Rodilha está aprovado – março de 2009, Alcoutim prepara-se para receber primeiros três campos de golfe - março de 2009, Bom Uso das 3000 camas turísticas de Alcoutim está nas mãos da autarquia – dezembro de 2008, etc, e nesse sentido questiona onde estão implementados esses investimentos?, terminando a sua intervenção referindo que considera tais notícias “Demagogia política”.* -----

----- O vereador José Pereira interveio para discordar com o referido, por considerar que “foi uma vitória, na altura” a Edilidade ter conseguido que fosse aprovado, através da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Algarve (CCDR) a disponibilização de 3000 mil camas, para o concelho de Alcoutim, dado que era uma garantia para o futuro, tendo o vereador José Galrito

intervindo para referir que as notícias “na altura” foram publicadas, porque era ano de eleições. O vereador José Pereira continuou a sua intervenção para discordar novamente com o referido, e mencionar que reprova a existência de demagogia política, e que apenas questionou o presidente porque não corrobora com o mencionado, no Jornal do Algarve, sobre o imóvel da Estalagem. -----

----- O presidente interveio para referir que não houve qualquer intenção de culpar ninguém, no entanto, não poderá assumir culpas de factos “que não fez e contribuiu”. -----

----- O Vereador José Pereira interveio para elaborar uma pequena resenha sobre o imóvel da Estalagem, tendo em conta a renegociação existente, bem como no que concerne a intenção do anterior executivo, para venda do mesmo, findo o prazo de treze anos, sobre responsabilidade da TRANTI. Ainda deu nota que a Edilidade teve em conta essa renegociação, uma vez que houve a preocupação pelo facto de poder não existir quaisquer candidatos/investidores, aquando da abertura do concurso, dando como exemplo os primeiros anos de construção do imóvel, em que só começou a funcionar, com o executivo do Dr. Francisco Amaral, por inexistência de concessionário, tendo o imóvel sofrido intervenções, com apoio de financiamento comunitário, tendo o presidente acrescentando que não havia possibilidade de renegociação, por parte da Entidade responsável. -----

O vereador continuou a sua intervenção referindo que o anterior executivo tinha a intenção de manter a Estalagem aberta, com a renegociação, por forma a garantir as camas e postos de trabalho até alienação do imóvel, e sem prejudicar o turismo em Alcoutim, e como tal considera que o assunto em questão não vai ser colmatado a curto prazo. -----

----- De seguida o vereador José Galrito questionou a o porquê das dívidas existentes sobre água e não sobre a eletricidade, tendo o vereador José Pereira solicitado os documentos das dívidas, e mencionando que em sua opinião houve falta de negociação com os responsáveis e pressão para que houvesse rescisão do contrato, sem a preocupação do alojamento e postos de trabalho, ao invés do anterior executivo, em que o objetivo primordial eram os serviços em Alcoutim, tendo o presidente referindo que existiu igualmente essa preocupação. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para esclarecer que a empresa solicitou rescisão amigável, em que existiu o voto favorável dos vereadores da oposição, tendo sido uma vitória por parte da Edilidade, visto a TRANTI encontrar-se numa situação de insolvência, e já não existir meios de negociação, bem como informar que a mesma poderia “cair” nas mãos de um administrador de insolvência, o que trazia complicações para o município. De seguida continuou a sua intervenção referindo que o “estranho” da situação é ter ocorrido a negociação dos últimos dois anos, pelo anterior executivo e coincidir o seu término, um mês após as eleições, e nesse sentido considera que existiu uma forma “habilidosa” de contornar a situação, e a Estalagem não se encontrar encerrada. -----

----- O vereador José Pereira interveio para demonstrar o seu desagrado pelas palavras proferidas, nomeadamente pela afirmação “estranha negociação”, dado que considera que são acusações gravíssimas. Continuou de seguida exteriorizando mais uma vez a preocupação existente, do anterior executivo, em relação ao imóvel, nomeadamente apontando as suas intenções (e já atrás mencionadas, na sua intervenção), bem como referir que considera pura demagogia, pelo facto de referirem que a negociação decorreu em altura de Eleições, uma vez que denota a “pouca” preocupação, do executivo permanente em relação à população de Alcoutim e para com o procedimento em causa. Solicitou ainda averiguação sobre o término do contrato dos treze anos, que poderá ou não coincidir com as eleições, e reafirmar a “preocupação com as pessoas.”. -----

----- O presidente interveio para referir que existem opiniões divergentes, e que a única vez que se operacionalizou o processo de venda foi agora, embora o concurso ficasse deserto, e como tal “vamos ter que avançar com outra solução”. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para corroborar com o referido, e reforçar que existiu igualmente a intenção de venda do imóvel, por parte do anterior executivo, bem como referir que o “*timing*” em que o presidente colocou para venda o imóvel é que não foi correto, porque não existiu preocupação com o futuro, nomeadamente pelo facto de a Estalagem “vir a encerrar por anos”. -----

----- O presidente usou da palavra para mencionar que sua estratégia para operacionalizar o desenvolvimento no concelho, passa, pelo compromisso que assumiu perante a população no programa eleitoral, tendo vereador José Pereira questionado como é que pretende operacionalizar essa política, uma vez que não respondeu à questão colocada. -----

----- O vereador José Galrito interveio para frisar que não corrobora que seja dado conhecimento da estratégia política, tendo o presidente referido igualmente que dado às opiniões divergentes, terá que ser a população a realizar uma avaliação e determinar se as “estratégias são boas ou más”. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO DO CAIS DE ALCOUTIM LARANJEIRAS E GUERREIROS DO RIO – Cancelamento de Garantia**

Bancária: Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, relativa ao cancelamento de garantias bancárias, apresentada pela firma AHLERS LINDLEY, LDA, e referente à Empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar o cancelamento das seguintes garantias bancárias: n.º 093/09/00608, no montante de € 5.709,75 (cinco mil setecentos e nove euros e setenta e cinco cêntimos), emitida pelo BANIF – Banco Internacional do Funchal, S.A, e n.º 093/10/00782, no montante de € 6.278,58 (seis mil duzentos e setenta e oito euros e cinquenta e oito cêntimos), emitida pelo BANIF – Banco Internacional do Funchal, S.A. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **EMPREITADA DE RECONSTRUÇÃO DE AÇUDES JUNTO ÀS POVOAÇÕES DE GALAXOS E VÁRZEA – Liberação Parcial de Garantias**

Bancária: Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, relativa ao cancelamento de garantia bancária, apresentada pela firma RVIAS – OBRAS PÚBLICAS, A.C.E, e referente à Empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar o cancelamento da garantia bancária n.º 125-02-1652356, no montante de € 3.698,53 (três mil seiscentos e noventa e oito euros e cinquenta e três cêntimos), emitida pelo Banco Comercial Português S.A, ficando remanescente o valor de € 8.629,89 (oito mil seiscentos e vinte e nove euros e oitenta e nove cêntimos). -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **EMPREITADA DE RECONSTRUÇÃO DE AÇUDES JUNTO ÀS POVOAÇÕES DE GALAXOS E VÁRZEA – Liberação Parcial de Caução:**

Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, tendo em vista a restituição de caução, no montante de € 5.121,86 (cinco mil cento e vinte e um euros e oitenta e seis cêntimos), ficando remanescente o valor de € 11.951,01 (onze mil novecentos e cinquenta e um euros e um cêntimos, à firma RVIAS – OBRAS PÚBLICAS, A.C.E, e referente à Empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a restituição da caução, no montante de € € 5.121,86 (cinco mil cento e vinte e um euros e oitenta e seis cêntimos), ficando remanescente o valor de € 11.951,01 (onze mil novecentos e cinquenta e um euros e um cêntimos, à firma RVIAS – OBRAS PÚBLICAS, A.C.E.-----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **EMPREITADA DE CONDUTAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À BARRADA – Liberação Parcial de Garantias Bancárias:** Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, relativa ao cancelamento de garantia bancária, apresentada pela firma JOSÉ DE SOUSA BARRA & FILHOS, LDA, e referente à Empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar o cancelamento da garantia bancária n.º N00375962, no montante de € 6.239,94 (seis mil duzentos e trinta e nove euros), ficando remanescente o valor de € 8.319,92 (oito mil trezentos e dezanove euros e noventa e dois cêntimos, emitida pelo Banco Espírito Santo S.A, e n.º 0080.10.003747, no montante de € 3.119,97 (três mil cento e dezanove euros e noventa e sete cêntimos), ficando remanescente o valor de € 4.159,96 (quatro mil cento e cinquenta e nove euros e noventa e seis cêntimos), emitida pela AXA Portugal Companhia de Seguros, S.A. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **EMPREITADA DE CONDUTAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À BARRADA – Liberação Parcial de Caução:** Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, tendo em vista a restituição de caução, no montante de € 79,70 (setenta e nove euros e setenta cêntimos), ficando remanescente o valor de €

106,27 (cento e seis euros e vinte e sete cêntimos), à firma JOSÉ DE SOUSA BARRA & FILHOS, LDA, e referente à Empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a restituição da caução, no montante de € € 79,70 (setenta e nove euros e setenta cêntimos), ficando remanescente o valor de € 106,27 (cento e seis euros e vinte e sete cêntimos), à firma JOSÉ DE SOUSA BARRA & FILHOS, LDA -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **VISTORIA DE SALUBRIDADE A DUAS HABITAÇÕES EM CLARINES -GIÕES:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal informe o proprietário das edificações indiciadas, para que estes tomem as medidas relatadas no auto de Vistoria, elaborado pela Comissão de Vistorias, pelo prazo de noventa dias, bem como que seja informado o reclamante do teor desta informação da Comissão de Vistorias. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **HABITAÇÃO SOCIAL EM VAQUEIROS - Afetação para Arrendamento:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar revogar a tomada de deliberação de 22 de outubro de 2008 e substitua por deliberação de afetar os 5 fogos de habitação social, em Vaqueiros, para arrendamento ao abrigo dos artigos 138.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade,

aprovar a referida proposta. -----
----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A ASSOCIAÇÃO MUSICAL DO ALGARVE:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar a minuta de protocolo entre a Associação Musical do Algarve e o Município de Alcoutim. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para questionar quantos concertos estão previstos, em Alcoutim pela Orquestra Clássica do Sul, tendo o vereador Paulo Paulino explicado que no protocolo está mencionado um concerto, todavia, foram negociados dois, nomeadamente na Igreja Matriz e na Praça da República (ar livre). -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que “devemos ser verdadeiros com as coisas”, dado que na última reunião, o vereador Paulo Paulino argumentou que eram dois concertos a realizar pela Orquestra, e nesse sentido estamos a aprovar um protocolo que não corresponde à verdade, em que o presidente está a cometer uma ilegalidade/erro, tendo o vereador Paulo Paulino esclarecido que a Edilidade pagará o montante previsto no protocolo, e onde a Associação Musical do Algarve (AMA) oferecerá um concerto. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para referir que é da opinião que deveria existir uma cláusula no protocolo, onde consta-se que havia um espetáculo oferecido, dado que ao “estarmos” a aprovar este protocolo colocaremos os restantes em causa, e nesse sentido questiona “porquê fazer protocolos, se eles são uma coisa e a realidade é outra”. -----

----- O Vereador Paulo Paulino usou da palavra para mencionar que a Câmara Municipal contrata um espetáculo, “e vamos ter dois”, não constando

no conteúdo do protocolo, tendo o vereador José Pereira mencionando que “isto é que é uma forma habilidosa de compor/resolver os assuntos”. -----

----- O presidente interveio para adiantar que em reunião com os responsáveis da AMA, no ano transato, foi apresentado este protocolo, com o custo associado e/ou definido por espetáculo, no montante de € 6.000,00, no entanto, o vereador Paulo Paulino, no presente ano conseguiu esta negociação, tendo o vereador José Pereira discordando com o referido, porque existem declarações distintas, “de uma reunião para a outra”. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio novamente para adiantar que no resultado final, existe uma poupança de € 1.000,00 (aproximadamente), tendo em conta o custo do artista, para a realização de um espetáculo, “às quartas-feiras à noite, na Praça da República”. -----

----- O vereador José Galrito usou da palavra para referir que ao estabelecer um protocolo com uma entidade, poderá, existir posteriormente uma negociação, ao qual o vereador José Pereira mencionou se a essa situação ocorrer, deverá existir uma retificação e/ou adenda ao texto do protocolo, e questionar qual é a posição, dos vereadores da oposição, “cada vez que trazem um protocolo que não corresponde à verdade”, bem como se por uma razão imprevista, a Orquestra não puder realizar o segundo concerto, qual o procedimento a seguir pela Câmara Municipal, dado que há obrigações de ambas as partes?. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para esclarecer que existe correio eletrónico trocado com a AMA, e que o motivo do segundo concerto não constar em protocolo, prende-se, com o valor médio estabelecido por concerto, e esse valor “tem que ser respeitado”, tendo o vereador José Pereira citado que considera que estamos é a “passar a perna” aos restantes presidentes de Câmara. -----

----- O presidente informou de seguida, que o assunto é questão é discutido e aprovado em sede da AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra dos srs. vereadores José Pereira e Dr^a. Dalila Barros aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **A MOIRA – ASSOCIAÇÃO DE DEFESA E PROMOÇÃO DO PATRIMÓNIO DO CONCELHO DE ALCOUTIM – Comparticipação Financeira:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar aprovar a comparticipação financeira de € 27.000,00 (vinte e sete mil euros), à “A Moira/Associação de Defesa e Promoção do Património do Concelho de Alcouthim”, para fazer face às despesas com 30.ª Edição da Feira de Artesanato e Etnografia de Alcouthim, a realizar nos dias 13 e 14 de junho. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- A Vereadora não participou na discussão e votação deste ponto, por se considerar impedido nos termos do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e artigos 44.º, 45.º e 46.º do Código de Procedimento Administrativo. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **A MOIRA – ASSOCIAÇÃO DE DEFESA E PROMOÇÃO DO PATRIMÓNIO DO CONCELHO DE ALCOUTIM – ISENÇÃO DE TAXA DE RUÍDO:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal nos termos do n.º 4 do artigo 10.º do Regulamento Municipal de Taxas Licenças e outras Receitas, reconheça a concessão da isenção de taxa de ruído requerida pela Associação “A MOIRA”, para a atividade a realizar nos dias 13 e 14 de junho de 2015. -----

----- O vereador José Galrito interveio para sugerir que futuramente, não

deverá existir a isenção de Taxas para as Associações e/ou clubes, que usufruam de comparticipação financeira, tendo o vereador José Pereira referindo que é um assunto pertinente, no entanto, terá que ser implementado a amiúde, pelo executivo. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- A Vereadora não participou na discussão e votação deste ponto, por se considerar impedido nos termos do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e artigos 44.º, 45.º e 46.º do Código de Procedimento Administrativo. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente foi encerrada a reunião, pelas doze horas e trinta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, João Miguel Vitorino Dias, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente

O Secretário